

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

---

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2024-CGM/PVH-CG/CMPV**

*Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto Velho, por intermédio da Controladoria Geral do Município, e a Câmara Municipal de Porto Velho/RO através da Controladoria Geral da Câmara Municipal de Porto Velho, para os fins que especifica.*

**PRIMEIRO PARTÍCIPE:** O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, por intermédio da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, com sede na Av. Carlos Gomes, 2776, São Cristóvão, CEP 76.804-202, Porto Velho - Rondônia, inscrita no CNPJ 05.903.125/0001- 45, doravante referida como CGM/PMPV, neste ato representada pelo Controlador Geral do Município, o senhor Auditor **JEOVAL BATISTA DA SILVA**;

**SEGUNDO PARTÍCIPE:** A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO/RO, por intermédio da CONTROLADORIA GERAL, com sede na Rua Belém nº 139, Bairro Embratel, Telefone: (69) 3217-8064 – CEP.: 76.820-734, Porto Velho – Rondônia, CNPJ 04.107.678/0001-29, doravante referida como CG/CMPV, neste Ato representado por seu Controlador Geral, **GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA**.

Resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA em consonância com as disposições contidas nos processos administrativos, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Art. 1º.** Constitui objeto do presente termo de cooperação ampliar a articulação, a integração e o intercâmbio entre os partícipes, por meio do compartilhamento de informações e bases informatizadas de dados e repasse de informações cadastrais que subsidiem o desempenho de suas atividades institucionais, com o fim de prevenir e coibir condutas ilegais, objetivando maior efetividade na proteção do patrimônio público.

**Art. 2º.** Promover o intercâmbio de participantes vinculados às partes do presente acordo de cooperação para capacitações de interesse comum entre a CGM/PVH e a CG/CMPV, sobretudo em relação a metodologias e ferramentas de auditoria e tecnologia da informação (Data Manning, Big Data, Data Warehouse, etc.), métodos investigativos e análise de riscos.

**§1º.** Para a consecução do objeto deste acordo, a CGM/PMPV se compromete a disponibilizar servidores técnicos especializados, bem como manuais, relatórios, roteiros de avaliação/monitoramento, as metodologias aplicáveis e demais produtos pertinentes – incluindo os que venham a ser desenvolvidos durante a vigência deste Instrumento e que possam ser compartilhados – observando-se as normas legais vigentes relativas à proteção de dados pessoais e de acesso a informação.

**§2º.** O fornecimento dos produtos não constitui cessão de propriedade intelectual dos mesmos.

**§3º.** Os produtos compartilhados não poderão ser apresentados em eventos, tais como: seminários, convenções, palestras, dentre outros, sem que haja a participação direta dos Partícipes ou de seus representantes previamente indicados.

§4º. Não estão incluídos, no presente acordo, equipamentos ou licenças de softwares de terceiros eventualmente necessários para a utilização dos produtos compartilhados pelos partícipes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CGM/PMPV**

**Art. 3º.** São atribuições da **CGM/PMPV**:

I – Disponibilizar servidores técnicos especializados; manuais, relatórios, roteiros de avaliação/monitoramento e demais produtos pertinentes às suas áreas específicas de competência, observando os dispositivos legais vigentes que tratam sobre compartilhamento de informações;

II – Ceder, quando solicitado e a seu critério, futuros aperfeiçoamentos e novos produtos relacionados às boas práticas desenvolvidas no âmbito de sua competência, por meio de aditivos a este acordo;

III – Designar formalmente representante para atuar como Gestor das atividades decorrentes deste acordo, assim como oficial quando de sua alteração.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CESSIONÁRIA**

**Art.4º.** São atribuições da **CG/CMPV**:

I – Zelar pelo uso adequado dos produtos eventualmente produzidos, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes competem exercer;

II – Coordenar o uso dos produtos do objetos deste termo;

III – Apurar o fato, no caso de uso indevido dos produtos, objeto deste Instrumento, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal;

VI – Providenciar a integração dos manuais, relatórios, roteiros de avaliação e demais produtos relacionados ao controle interno, caso necessário, com as já utilizadas pela CESSIONÁRIA;

VII – Prestar suporte, caso necessário, as suas Unidades Administrativas que utilizam os manuais, relatórios, roteiros de avaliação e demais produtos relacionados ao controle interno no âmbito de seu âmbito de aplicação;

VIII – Encaminhar a **CGM/PVH** sugestões que envolvam alterações ou novas funcionalidades para os manuais, relatórios, roteiros de avaliação e demais produtos relacionados ao planejamento estratégico;

IX – Enviar a **CGM/PVH** questionamentos e dúvidas sobre os manuais, relatórios, roteiros de avaliação e demais produtos relacionados ao planejamento estratégico, Objeto deste Instrumento;

X – Contribuir para o aperfeiçoamento dos manuais, relatórios, roteiros de avaliação e demais produtos relacionados ao planejamento estratégico, observando o que disciplina este acordo;

XI – Designar formalmente Representantes da **CG/CMPV**, para atuar como responsáveis das atividades decorrentes deste acordo, assim como oficial quando de sua alteração.

§1º. A **CG/CMPV** não poderá transferir os produtos, Objetos deste Instrumento, a terceiros, a título oneroso ou gratuito, sob pena de extinção imediata deste Instrumento, bem como da responsabilização por danos porventura ocorridos.

**CLÁUSULA QUARTA – DO DESCUMPRIMENTO**

**Art. 5º.** O descumprimento do acordo estabelecido no presente Instrumento por qualquer das partes, deverá ser oficializada mediante notificação ao partícipe que deu causa ao descumprimento, estabelecendo-se um prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período ou por outro prazo a pedido do partícipe notificado, para que se faça cumprir os termos acordados.

**CLÁUSULA QUINTA – DO COMPROMISSO**

**Art. 6º.** Os Representantes designados pelos Partícipes para atuar na Gestão das atividades decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica manterão os vínculos jurídicos exclusivamente com o respectivo Órgão de origem.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS**

**Art. 7º.** O presente Termo de Cooperação Técnica é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos cabendo a cada partícipe arcar com os respectivos custos necessários ao alcance do objeto pactuado.

**§1º.** As ações e atividades realizadas em virtude do presente Instrumento não implicarão cessão de Servidores, tampouco acarretarão alteração de seu vínculo funcional com o Órgão ou Instituição de origem, o qual deverá arcar com todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária deles decorrentes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

**Art. 8º.** O presente Acordo de Cooperação Técnica terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses e entrará em vigor na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse das partes.

**Parágrafo único:** Não sendo caso de rescisão e não havendo prorrogação ou lavratura de novo Acordo de Cooperação Técnica, remanesce o direito de uso dos produtos obtidos pela CESSIONÁRIA, assim como as obrigações previstas, no que couber, nas Cláusulas Primeira e Terceira.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

**Art. 9º.** O presente instrumento poderá ser rescindido, justificadamente, a qualquer tempo:

I – Por prática contrária à legislação vigente ou a disposição deste Acordo por qualquer um dos Partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 90 (noventa) dias consecutivos;

II – Por interesse de qualquer uma das Partes e mediante comunicação formal com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;

III – Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

**Parágrafo Primeiro:** A não observância do disposto na Cláusula Terceira implicará a rescisão automática do presente Acordo de Cooperação Técnica, com a devida e formal devolução dos códigos-fonte.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**Art. 10.** Este Acordo de Cooperação Técnica será publicado no Diário Oficial do Município de Porto Velho, na forma de extrato, a ser providenciado pela **Controladoria Geral do Município** e, opcionalmente, pela **Controladoria Geral da**

**Câmara Municipal de Porto Velho**, por meio do respectivo instrumento de publicação, no Diário Oficial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**Art. 11.** Os casos omissos relativos ao desenvolvimento deste Termo de Cooperação Técnica serão submetidos à apreciação dos Partícipes para solução em comum.

**Parágrafo único:** O disposto neste Termo de Cooperação Técnica somente poderá ser alterado ou emendado pelos Partícipes por intermédio de Termos Aditivos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 12.** Caberá a **Controladoria Geral do Município de Porto Velho** fiscalizar a fiel observância das disposições deste Acordo de Cooperação Técnica, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CG/CMPV, dentro das respectivas áreas de competência.

I – para a Gestão, Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação da Execução do Objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica, a **Controladoria Geral do Município de Porto Velho**.

**Parágrafo único:** A Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo da Controladoria Geral do Município de Porto Velho e não excluem em hipótese alguma as responsabilidades da CG/CMPV, inclusive perante Terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

**Art. 12.** As controvérsias oriundas da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica serão dirimidas preferencialmente administrativamente, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução deste Instrumento.

**Parágrafo único:** Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidos mediante entendimento entre os Partícipes, de forma expressa, ouvidos os Setores responsáveis pela execução e fiscalização do presente acordo.

E, por estarem as Partes justas, certas e acordadas inteiramente quanto aos termos e cláusulas do presente Instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem rasuras, aos fins e efeitos da lei.

Porto Velho – RO, 10 de maio de 2024

***JEOVAL BATISTA DA SILVA***

Controladoria Geral do Município de Porto Velho – CGM/PVH

***GIAN DOUGLAS VIANA DE SOUZA***

Controladoria Geral da Câmara Municipal de Porto Velho – CG/CMPV

**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

**Código Identificador:**951C9468

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 22/05/2024. Edição 3731

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita

informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>